

# CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



**Ata da Reunião de 7 / 03 / 2023**

---

**Ata n.º 05 destinada a:**

---

---

---



LR

#

**ATA N.º 05**

Aos sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

**PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS**  
**VICE-PRESIDENTE VALENTINO SALGADO CUNHA**  
**VEREADORES RICARDO MANUEL COELHO VIDEIRA**  
**TIAGO ANDRÉ HORTELÃO ALDEIAS**  
**LUÍS FILIPE LARANJO MATIAS**

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

**1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que nos dias 22 e 23 de fevereiro procedeu à entrega de cabazes do projeto “Nascer Cá”, no dia 25 esteve presente no torneio, no jantar da gala do Raquete Clube e no dia 3 de março participou, em Valência, no Comité das Regiões. Nos dias 4 e 5 esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, que se realizou na FIL, no dia 5 esteve presente na prova de seleção de Trap, do Clube de Tiro de Vendas Novas, e no dia 6 participou no Conselho Regional Extraordinário e na apresentação da Agenda Digital do Alentejo, na CCDRALentejo, em Évora. Refere também que, no dia 28, participou numa reunião com a Ministra do Trabalho e Solidariedade Social, em Lisboa, na qual foi abordado o assunto da continuidade do projeto CLDS, que está a terminar a 4.ª geração, tendo a Sr.ª Ministra clarificado que há a intenção de lançar em breve os CLDS-5G, não havendo ainda uma previsão temporal para a possibilidade de candidatura a esses projetos. Foi ainda feito um ponto de situação sobre as novas competências que transitaram para a Câmara Municipal.

Interveio o **Vice-Presidente**, referindo que no dia 24 de fevereiro participou numa reunião no Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, no dia 25 esteve presente no torneio de padel e no jantar do Raquete Clube e nos dias 2 e 4 de março esteve presente



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

na Bolsa de Turismo de Lisboa, na FIL. No dia 3 esteve presente, como entidade convidada, no evento Miss & Mister Escola Secundária de Vendas Novas, que se realizou no Centro Sociocultural, no dia 5 participou no almoço anual de sócios da Associação de Moradores do Polígono e Campos da Rainha e esteve presente na Final da Taça de Futsal Feminino, na qual participou os Aliados, na Vila de Avis. Por fim, informa que no dia 6 de março participou no Conselho Regional Extraordinário e na apresentação da Agenda Digital do Alentejo, na CCDRALentejo, em Évora.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, dando conhecimento que no dia 25 de fevereiro participou no torneio de padel e no jantar de Gala do Raquete Clube de Vendas Novas e no dia 5 de março esteve presente na Final da Taça de Futsal Feminino, a convite do Clube Desportivos "Os Aliados", na Vila de Avis.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, informando que no dia 28 de fevereiro fez uma visita de acompanhamento da atividade dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, referindo que no passado dia 25 de fevereiro participou no torneio e no jantar de Gala do Raquete Clube de Vendas Novas.

O **Presidente** informa que o executivo foi confrontado, novamente, com a carência de médicos no Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Vendas Novas, dando conhecimento da referida situação junto da ARS e manifestando o seu descontentamento com a forma como a situação está a ser conduzida. Afirma que não é a primeira vez que esta situação se verifica e o executivo exigiu que lhe fossem prestadas informações sobre o procedimento. Essa resposta foi dada no dia 6 de março, tendo o executivo respondido no presente dia a solicitar um plano de salvaguarda para ser implementado caso a situação se volte a verificar, de forma a garantir que o Centro de Saúde e o SAP não estão fechados. Ainda nessa sequência, dá conta que o executivo teve também conhecimento de uma situação que se está a passar com os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, que tem a ver com a falta de operacionais que garantam, nomeadamente, as transferências inter-hospitalares. Refere que o executivo foi confrontado por um email da Direção da referida associação, enviado para a Administração Regional de Saúde, para o Hospital de Évora e para as demais entidades que tutelam o setor. Assim que o executivo recebeu o referido email, manifestou-se solidário com os Bombeiros Voluntários e disponibilizou-se disponível para uma reunião, que aguarda que seja agendada, para se inteirar de uma forma mais premente da situação e perceber se algum ponto em que a Câmara Municipal possa ter uma atitude mais proactiva na criação de soluções.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, afirmando que a degradação dos serviços de saúde é uma situação que não é recente, já tendo sido debatida, em anteriores reuniões, a falta de



LR

#

médicos de família no Centro de Saúde de Vendas Novas e, também, a dificuldade que os Bombeiros Voluntários de Vendas Novas têm em socorrer a comunidade em situações de urgência e emergência, nomeadamente nos tempos de resposta que vão tendo, em função da falta de meios humanos para fazer esse mesmo socorro. A essa situação, juntou-se recentemente a dificuldade referida pelo Presidente, sobre os transportes inter-hospitalares, o que significa que entre as quatro da tarde e a meia-noite não há transportes entre o Centro de Saúde de Vendas Novas e o Hospital de Évora, a não ser que se trate de uma situação de urgência e emergência. Cumulativamente, existe ainda a situação da falta de médicos no Serviço de Atendimento Permanente, que se verificou uma terceira vez, ainda para mais sem a devida comunicação aos utentes que venham a necessitar do serviço em causa, que perdem tempo, além da deslocação que têm de fazer para outro local. Afirma que a situação não é admissível, nem aceitável, não estando o Estado a assegurar os serviços de saúde, devendo a Câmara Municipal fazer o que lhe compete, pressionando as entidades que têm responsabilidade sobre esses assuntos e constituindo-se como interessados em que a comunidade seja bem servida. Tendo em conta que o Município reforçou recentemente os apoios financeiros aos Bombeiros, com a criação de uma segunda EIP, tem dificuldade em entender a contínua degradação do serviço. Nesse sentido, considera que importa perceber como é que o Município irá agir proactivamente, mediar e coordenar, para assegurar que o serviço seja bem prestado à comunidade, não esperando para agir quando acontecer uma situação mais grave. Relativamente à questão do Centro de Saúde, afirma que se deve tentar perceber qual a pressão formal que tem sido exercida sobre a ARS Alentejo e o Ministério da Saúde. Pergunta ao Presidente se pondera aceitar a proposta feita no presente órgão, para criar incentivos à fixação de médicos em Vendas Novas, ajudando assim a suprir as dificuldades que se têm verificado.

Sobre a questão dos Bombeiros, o **Vereador Tiago Aldeias** afirma que a situação se tem vindo a agravar, tendo a referida associação dado conhecimento das dificuldades existentes já no verão de 2022, para que a Câmara Municipal tomasse uma posição em relação às dificuldades transmitidas. Afirma que a ausência de respostas inter-hospitalares entre as 16h e as 24h é um problema recente, sendo apenas parte da situação existente, que tem a ver, por exemplo, com o rácio de habitantes por bombeiro, que é o segundo maior do distrito de Évora, com os problemas do Serviço de Atendimento Permanente referidos anteriormente, com a localização do Concelho de Vendas Novas e com outras situações. Todas as situações que referiu, fazem com que a referida corporação de Bombeiros, que tem atualmente o mesmo número de operacionais que tinha em 1932, não consiga dar respostas às exigências que lhe são colocadas. Afirma que muitos dos problemas dos Bombeiros



exigem uma resposta nacional e não local, pois estão relacionados, por exemplo, com a ausência de uma carreira, entre muitos outros problemas, para os quais a Câmara Municipal não tem possibilidade de dar resposta. No entanto, refere que alguns dos problemas estão relacionados com o que se passa em Vendas Novas e que exigem uma resposta e responsabilidade da Associação e dos seus dirigentes. Em relação à situação do Centro de Saúde, afirma que se vive um grave problema, é que temos um SAP com dois médicos, quando por norma só tem um médico, pelo que quando não há médico, ou seja, quando não há médico nenhum, isso significa que faltaram os dois. Quando a população se desloca ao SAP, ou quando os bombeiros transportam doentes para o referido serviço, eles são encaminhados para Évora por falta de resposta em Vendas Novas. Refere que Vendas Novas tem o mesmo número de profissionais a prestar serviço que tem um SUB, quando Vendas Novas tem um SAP, afirmando que esta é uma questão central que exige uma resposta da ARS. Uma vez mais, é uma responsabilidade de todos fazer essa mesma exigência ao Ministério da Saúde, mas também é uma responsabilidade do Governo. Importa dizer que a diferença entre o PSD e o PS é muito pouca. Nesse âmbito, afirma que em novembro de 2020, o PCP propôs, na Assembleia da República, que houvesse um médico de família e um enfermeiro para todos os utentes, não tendo o PSD e o PS votado a favor, tal como aconteceu com outras propostas do PCP sobre a saúde. As decisões devem ser tomadas nos locais próprios e se isso não for feito, os problemas irão continuar a existir e os mesmos são muito graves como todos devem concordar.

Tomou a palavra o **Presidente**, esclarecendo algumas questões que foram colocadas pelos Vereadores. Refere que a Câmara Municipal é parceira dos Bombeiros Voluntários, uma entidade que é única no Concelho e que presta um serviço extremamente importante à segurança da nossa comunidade. Informa que o executivo foi confrontado com a situação, esclarecendo que não está em causa o socorro, porque para o mesmo há meios, o que está em causa é a transferência inter-hospitalar. A questão do socorro está salvaguardada neste momento, com duas equipas, que não conseguem dar cobertura horária total, mas conseguem fazê-lo a uma grande parte do mesmo. Para tentar resolver a situação, a Câmara Municipal tem acorrido a todas as necessidades dos Bombeiros, nomeadamente, cedendo os seus profissionais que são Bombeiros Voluntários para reforçar a referida instituição. Para além disso, a Câmara Municipal tem acompanhado em toda a linha, aquelas que são as necessidades que vão sendo identificadas junto da referida associação, designadamente ao nível das instalações, das viaturas, das equipas profissionais, dos equipamentos de proteção individual, entre outros. Concorda com o Vereador Tiago Aldeias quando este diz que o Município sozinho não consegue criar respostas estruturais à escassez



10

#

de recursos humanos, não só a esse nível, mas a vários níveis dos setores económicos e sociais, em cada um dos Concelhos da região onde estamos inseridos, porque faltam bombeiros, médicos, engenheiros e muitos outros profissionais em muitas áreas. A questão que se coloca é como se consegue criar mecanismos locais que invertam a referida tendência, afirmando que poderá haver alguns que possam vir a ser criados, mas só é possível efetivamente com uma visão e uma estratégia nacional. Sabe que há medidas no terreno que a médio e a longo prazo vão criar soluções, mas não acredita que as criem no curso prazo. Volta a dizer que no dia 15 de fevereiro o executivo tomou conhecimento do problema com a transferência inter-hospitalar e no dia seguinte manifestou a sua disponibilidade imediata para uma reunião de análise, estando a aguardar a marcação da mesma, que em princípio se deverá realizar no final do presente dia, ou no dia seguinte. Em relação ao Centro de Saúde, afirma que é feita pressão por vários canais, nomeadamente em contato direto com o Ministro da Saúde, tendo a Câmara Municipal feito uma exigência daquelas que são as grandes bitolas. Esclarece que não lhe importa a designação dada, apenas lhe importa que existam condições para prestar serviços de qualidade no Concelho de Vendas Novas e isso ainda não aconteceu. Foi por essa razão que foi exigido ao Ministério da Saúde duas coisas que lhe parecem óbvias, a possibilidade de ter meios de diagnóstico no Centro de Saúde de Vendas Novas, capazes de evitar deslocações para fora do Concelho em questões quotidianas, que são as mais comuns, nomeadamente, ter um serviço de análises 24 horas, que permita criar e triar em Vendas Novas um conjunto de circunstâncias, que são relativamente simples, sem ter de se ir fazê-lo a Évora ou a outro Hospital, e também um RX que funcione da mesma forma. Para além disso, é importante que os médicos contratados para aquele serviço não falhem na resposta a dar à comunidade, que foi o que falhou por várias vezes, o que não deve ser admitido. Respondendo ao Vereador Ricardo Videira, afirma que o executivo manifestou ao Ministério da Saúde, à ARS e ao ACES, que não concordava, nem aceitava que não houvesse uma salvaguarda para garantir o serviço em caso de falha. Espera que em breve sejam dadas respostas sobre medidas concretas para impedir que se repita a situação que aconteceu. Para concluir, informa que neste caso concreto, o executivo irá exigir uma reunião ao Ministro da Saúde, com caráter de urgência, para expor todos os seus argumentos e perceber o que está projetado para o Concelho.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, fazendo algumas observações complementares relativamente aos assuntos abordado, designadamente, sobre o Centro de Saúde e os bombeiros. Informa que os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" estão disponíveis para apoiar as diligências que o executivo entender, junto dos bombeiros, que



não passam somente por incentivos financeiros, havendo estratégias que devem ser desenvolvidas em parceria com todos os interessados no processo.

Tomou a palavra o **Presidente**, contrapondo e esclarecendo algumas das questões levantadas pelos Vereadores, nomeadamente em relação aos Bombeiros Voluntários.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, manifestando a sua preocupação em relação às situações discutidas, afirmando que é necessário atuar junto de quem tem o poder de decisão, pois compreende que a atuação da Câmara Municipal é limitada em algumas medidas.

Para concluir o assunto, o **Presidente** afirma que o mais importante é que todos os presentes estão unidos no sentimento de que tem de se exigir mais serviços de saúde para o Concelho de Vendas Novas e o executivo fará chegar essa nota ao Ministério da Saúde.

Relativamente a uma informação pública e que foi comunicada na reunião de Câmara anterior, da reunião entre o Vice-Presidente e o Secretário de Estado das Infraestruturas sobre o tema da ferrovia, que representa uma importância fulcral no desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas, o **Vereador Luís Matias**, refere que a reunião em causa se debruçou sobre vários investimentos e preocupações, nos quais se salientam, a importância da instalação de uma plataforma rodoferroviária de mercadorias em Vendas Novas, bem como, investimentos de melhoria nas condições para os passageiros que frequentam a estação de Vendas Novas. Tendo em conta a importância estratégica dos temas discutidos, coloca algumas questões nomeadamente em relação à plataforma logística e à referida reunião em causa, designadamente qual é o ponto de situação do estudo contratado em parceria com a IP e se existe alguma planificação para que seja possível tirar algumas conclusões. Relativamente à estação de Vendas Novas, pergunta quais foram as informações obtidas, o que se deve esperar em termos de melhorias em relação à mesma e em que universo temporal. Por fim, ainda sobre o tema da ferrovia, refere que o Vice-Presidente informou na Radio Granada, que irá haver um desdobramento da linha até Bombel e que o objetivo do executivo é que a mesma fosse desdobrada até Vendas Novas, para não existir um garrote. Sobre o referido tópico, pergunta qual foi a aceitação do Governo, se é previsível que essa situação se venha a verificar e se irá constar do plano ferroviário nacional. Relativamente aos projetos urbanísticos e ao número reduzido de projetos que vêm à reunião de Câmara Municipal, faz votos que o executivo consiga encontrar uma solução para resolver essa situação, para que não seja colocada em espera a vida de quem pretende construir um projeto de vida em Vendas Novas, dos empresários que dependem desses serviços e, fundamentalmente, dos técnicos do Município que têm uma grande acumulação de processos, o que só se tem vindo a intensificar ao longo do tempo.



162  
#

Em relação às matérias colocadas pelo Vereador Luís Matias, o **Vereador Tiago Aldeias** refere que numa reunião anterior tinha apelado a que a Câmara Municipal verificasse qual é a sensibilidade de quem irá fazer o alargamento da linha, para envolvimento da população, sobretudo a que irá ter consequências com isso, perguntando se isso foi possível fazer.

No que diz respeito à duplicação da linha Poceirão-Bombel, o **Vice-Presidente** informa que o projeto ainda se encontra numa fase inicial, transmitindo as informações que a Câmara Municipal tem em relação ao mesmo. Refere que o executivo colocou a questão se ser feita a duplicação até Vendas Novas, que tem mais capacidade de paragem e de cruzamento de comboios do que Bombel, tendo sido dito que, embora o projeto ainda esteja numa fase inicial, já está avançado ao nível da contratação, o que inviabiliza que essa duplicação seja incluída já nesse projeto. Foi referido que no futuro colocar-se-á, não só a duplicação até Vendas Novas, mas eventualmente a duplicação inteira até Elvas, dado que também há nova linha entre Évora e Elvas, que já estará preparada para isso acontecer no futuro. Presta mais algumas informações decorrentes da reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas, designadamente no que diz respeito aos investimentos na estação, tendo o mesmo sugerido que fosse agendada uma reunião com alguém das Infraestruturas de Portugal, para que as questões em causa fossem discutidas, o que irá ser feito. No que diz respeito à questão dos licenciamentos, refere que irá transmitir à arquiteta da Câmara Municipal a referida preocupação. No entanto, afirma que infelizmente no dia 1 de março a Câmara Municipal deixou de ter uma das suas arquitetas, existindo neste momento apenas uma arquiteta, sendo certo que se está a avançar com o concurso para serem preenchidos os três lugares do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. Informa que a expectativa do executivo é que no dia 2 de maio estejam as três arquitetas a trabalhar a full-time, com um contrato de trabalho digno, para que seja recuperado o tempo perdido na área em causa. No entanto, afirma que uma arquiteta na Câmara Municipal não faz apenas licenciamentos, tem muitas outras análises e projetos a fazer, entre os quais destaca o projeto da Loja do Cidadão e o projeto da Cercimor, sendo muito trabalho que só irá avançar mais rapidamente quando os lugares do Mapa de Pessoal forem preenchidos.

Em relação ao estado de algumas estradas, o **Vereador Tiago Aldeias**, chama a atenção para o entroncamento entre a Rua Cândido dos Reis e a Nacional 4, onde se encontra um grande buraco que deveria ser reparado, para além de muitos outros.

Tomou a palavra o **Presidente**, referindo que as equipas da Câmara Municipal ainda não chegaram a todo o lado, mas já estão a proceder à reparação da rede viária, que já é notório, nomeadamente nas zonas mais movimentadas. Refere que irá reportar aos serviços a situação mencionada pelo Vereador Tiago Aldeias.





Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, referindo que já foi debatida algumas vezes a dificuldade que o Município tem em recrutar motoristas para veículos pesados de passageiros, o que tem consequências diretas na disponibilidade do Município para prestar os serviços de transporte das coletividades, associações, ou quem quer que os solicite. Pergunta se o Presidente tem conhecimento e se confirma que alguns dos motoristas de autocarros do Município por vezes também trabalham na recolha de resíduos sólidos urbanos e em veículo de recolha de monos e verdes. Lembra que continua pendente a resposta ao requerimento dos Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" sobre a pavimentação da Rua de Santo António em Bombel, enviado em janeiro de 2023.

Esclarece o **Presidente** que a Câmara Municipal não tem motoristas de autocarros, o que tem são motoristas de pesados, que não tendo serviços durante as sete horas diárias da semana, fazem outros serviços, o que é normal na rentabilização desses recursos humanos, que são escassos. Nesse sentido, informa que tem conhecimento da situação, sendo um serviço perfeitamente normal. Em relação ao requerimento, pede desculpa por não ter sido dada a resposta, afirmando que irá solicitar que a mesma seja enviada de imediato, porque o que faltava era o projeto, que já tem na sua posse em suporte digital.

Em relação ao requerimento e tendo em conta as suas responsabilidades enquanto Vereador, o **Vereador Ricardo Videira** solicita que sempre que não for possível enviar qualquer documento para fora da Câmara Municipal, essa informação seja transmitida, estando sempre disponível para proceder à respetiva consulta na Câmara Municipal, tendo assim acesso à informação com maior rapidez. Relativamente aos motoristas de veículos pesados de transporte de passageiros, pergunta se é possível deduzir que recrutando mais motoristas para as áreas de transporte de mercadorias, seria aliviada a carga necessária sobre os motoristas de transporte de passageiros, aumentando assim a capacidade de resposta às coletividades, às instituições e ao serviço direto do Município.

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que é precisamente isso que está a ser feito, com um concurso que está a terminar para a contratação de um motorista, existindo dois lugares e dois concorrentes aptos. Refere que a ideia é preencher os dois lugares existentes no Mapa de Pessoal do Município, com os dois novos recursos humanos na área do transporte pesado. No entanto, clarifica que independentemente de se reforçar o quadro da Câmara Municipal com mais motoristas de pesados, os motoristas que têm habilitação para conduzir autocarros continuarão ao serviço da Câmara Municipal e continuarão a cumprir o seu horário de trabalho e sempre que não tenham transportes com o autocarro terão de fazer outros serviços.



10

#

## **2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 – Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural 2023-2030**

Presente documento para expor um diagnóstico e consolidar uma estratégia sólida com quatro eixos de desenvolvimento cultural do Concelho de Vendas Novas para o período 2023–2030. Este documento foi elaborado pelo Município de Vendas Novas com base numa análise de resultados e na recolha de opiniões e estratégias através dos nossos stakeholders. O documento apresenta uma introdução, uma revisão da literatura sobre políticas culturais, um diagnóstico do sector criativo e cultural e os quatro eixos estruturantes.

Por indicação do Presidente, o enquadramento do ponto em análise é feito pelo **Dr. Rui Dias**, Chefe da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano, que tem a responsabilidade do documento.

Tomou a palavra o **Dr. Rui Dias**, apresentando a proposta em discussão.

Interveio o **Vereador Ricardo Videira**, tecendo alguns comentários relativamente ao documento apresentado, o qual não contou com o envolvimento dos Vereadores da Oposição. Coloca, assim, algumas questões em relação ao mesmo, designadamente no que diz respeito aos equipamentos de cultura, ao inquérito realizado aos munícipes, à estratégia apresentada, entre outras questões que gostaria de ver esclarecidas. Terminadas as questões e fazendo uma reflexão, considera que falta ainda algum amadurecimento no documento em análise, para que o mesmo possa ser viabilizado pelos Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro", mas irá aguardar o esclarecimento das suas questões.

Tomou a palavra o **Presidente**, esclarecendo algumas das questões da componente mais política, designadamente em relação ao enfoque feito para os eventos, aos investimentos nos equipamentos. Refere que no documento apresentado, no qual foram envolvidos todos os stakeholders locais da área da cultura, há um cruzamento de visões que lhe parece o mais importante, ainda que reconheça que em alguns patamares possa ser acrescentada informação.

O **Dr. Rui Dias** esclarece algumas das questões colocadas, nomeadamente no que diz respeito à elaboração do documento, ao inquérito que foi feito aos munícipes, entre outras.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, fazendo algumas reflexões em relação aos esclarecimentos prestados, designadamente em relação ao envolvimento na elaboração do documento, às estratégias utilizadas, aos eixos estratégicos do documento, entre outros assuntos. Sugere que seja feita uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre o



documento, acrescentando mais algumas informações e trazer o documento a uma próxima reunião da Câmara Municipal.

Informa o **Vereador Tiago Aldeias** que, ainda que não se trate de um documento da CDU, não existe nada no mesmo com o qual seja contra.

Refere o **Presidente** que, não havendo nenhum prazo a cumprir para a aprovação do documento em análise, não vê nenhum problema em retirar o documento da ordem de trabalhos da presente reunião para que seja aprofundado e amadurecido com os contributos dos partidos da oposição.

O **Dr. Rui Dias** presta mais alguns esclarecimentos relacionados com os eixos do documento, entre outros assuntos.

Acompanhando o raciocínio do Vereador Tiago Aldeias, o **Vereador Ricardo Videira** refere que no documento não existe nada com o qual não concorde, entendendo apenas que poderão ser feitos alguns ajustes que permitam melhorar o documento. Nesse sentido, afirma que, se o Presidente entender por bem retirar a proposta da ordem de trabalhos da presente reunião, os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" irão enviar os seus contributos por escrito.

Para terminar, o **Presidente** afirma que o documento em análise merece o aprofundamento e o tempo para a respetiva reflexão por parte dos partidos da oposição. Determina que os Vereadores da Oposição enviem os seus contributos até ao final do mês de março, para que o documento possa ser aprovado em reunião de Câmara Municipal e posteriormente pela Assembleia Municipal, na sua sessão a realizar em abril.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos da reunião.**

## **2.2 - Expediente**

### **2.2.1 - 5.<sup>a</sup> Alteração ao Orçamento da Despesa, PPI e PAM do ano 2023 (3.<sup>a</sup> Alteração Permutativa)**

Presente, para apreciação e votação da Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 5.<sup>a</sup> alteração ao Orçamento, PPI e PAM, do ano 2023 (3.<sup>a</sup> Alteração Permutativa). A alteração comporta alterações de 27.670,00€ nas despesas correntes e de 4.200,00€ nas despesas de capital.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores**



LR

H

**Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e com votos a favor do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, aprovar a 5.ª alteração ao Orçamento, PPI e PAM, do ano 2023 (3ª Alteração Permutativa).**

### **2.2.2 – Bolsas de Estudo 2022/2023**

No âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito (Regulamento nº 820/2015, Diário da República 2ª série de 30 de novembro de 2015), apresenta-se proposta de atribuição das bolsas de estudo para o ano letivo 2022-2023, a fim de se proceder ao despacho de abertura e edital de abertura do concurso, que deverá decorrer de 8 a 31 de março de 2023. Propõe-se a atribuição de 19 bolsas no montante global de 7.250€, distribuídas da seguinte forma: 10 bolsas para o ensino secundário no montante de 250€ cada (3 para o 10.º ano, 3 para o 11.º ano e 4 para o 12.º ano), 4 bolsas para o ensino profissional no montante de 250€ cada (1 para o 10.º ano, 1 para o 11.º ano e 2 para o 12.º ano) e 5 bolsas para o ensino superior no montante de 750€ cada.

Tomou a palavra o **Vice-Presidente**, apresentando o documento.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, solicitando que seja mantido o critério do ano anterior, de redistribuir o valor caso não existam candidaturas. Lamenta a redução feita nas bolsas para o ensino superior e afirma uma vez mais que a CDU considera que o valor é insuficiente, acreditando que seria possível ir mais longe, ainda que se tenha aumentado o número de bolsas a atribuir em alguns anos.

Tomou a palavra o **Vereador Luís Matias**, reconhecendo o aumento global e o aumento em termos de números de bolsas. No entanto, não se verifica variação no valor unitário das bolsas, considerando que o valor deveria ser ajustado, ainda mais quando a inflação é bastante superior ao ano anterior. Ainda assim, informa que os Vereadores da Coligação "Vendas Novas Primeiro" não irão obstaculizar a proposta apresentada.

Informa o **Vice-Presidente** que a estratégia do executivo foi apoiar mais pessoas com o aumento das bolsas de estudo. Presta mais alguns esclarecimentos em relação à proposta, designadamente no que diz respeito à distribuição ou eventual redistribuição dos valores e ao prazo de candidaturas.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias e com votos a favor do Vereador Tiago Aldeias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, aprovar a atribuição de 19 bolsas de estudo no ano letivo 2022-2023, no montante global de 7.250€, distribuídas da seguinte forma: 10 bolsas para o ensino secundário no montante de**



**250€ cada (3 para o 10.º ano, 3 para o 11.º ano e 4 para o 12.º ano), 4 bolsas para o ensino profissional no montante de 250€ cada (1 para o 10.º ano, 1 para o 11.º ano e 2 para o 12.º ano) e 5 bolsas para o ensino superior no montante de 750€ cada.**

### **2.2.3 – Designação do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Vendas Novas**

Presente proposta do Presidente da Câmara Municipal INT\_CMVN/2023/1720 de 2023, de designação de Bruno Miguel Abrantes de Campos e Castro, diretor executivo da empresa Visionware, como encarregado de proteção de dados do Município de Vendas Novas, de acordo com o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea a), e n.º 6 do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, conjugado com o n.º 1 e n.º 3, alínea c) do artigo 12.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. Propõe-se, ainda, revogar a deliberação tomada na reunião de câmara de 21/07/2021, onde tinha sido designada Anabela de Fátima de Sousa Vagarinho, como encarregada de proteção de dados. Tomou a palavra o **Presidente**, fazendo o enquadramento do assunto em análise.

Interveio o **Vereador Tiago Aldeias**, perguntando qual será o custo que este processo terá para a Câmara Municipal.

O **Presidente** refere que irá pedir aos serviços que procedam ao envio da informação solicitada pelo Vereador Tiago Aldeias.

Tendo em conta que anteriormente a Câmara Municipal dava resposta a esta questão através de uma trabalhadora sua, o **Vereador Tiago Aldeias** afirma que não está convencido da necessidade de contratar uma empresa para prestar o serviço em causa e como tal irá votar contra.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, o seguinte: a) Revogar a deliberação tomada na reunião de câmara de 21 de julho de 2021, onde tinha sido designada Anabela de Fátima de Sousa Vagarinho como encarregada de proteção de dados do Município de Vendas Novas; b) Aprovar a proposta do Presidente da Câmara Municipal INT\_CMVN/2023/1720, de designação de Bruno Miguel Abrantes de Campos e Castro como encarregado de proteção de dados do Município de Vendas Novas, por deter as qualificações profissionais e aptidões necessárias ao desempenho da função.**



LE

#

**2.2.4 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um encarregado geral operacional, através de contrato de trabalhos em funções públicas por tempo indeterminado**

Presente proposta do Presidente para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e nos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, existindo posto de trabalho por preencher no Mapa de Pessoal do Município, aprove: a) A abertura de um procedimento concursal destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de encarregado geral operacional da carreira de assistente operacional, através de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Divisão Operacional; b) Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar: a) A abertura de um procedimento concursal destinado ao preenchimento de um posto de trabalho na categoria de encarregado geral operacional da carreira de assistente operacional, através de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Divisão Operacional; b) Que, atendendo ao princípio da economia processual e financeira, sejam admitidos no presente procedimento candidatos com e sem vínculo de emprego público.**

**2.2.5 - Consolidação de Mobilidade na Categoria, entre Órgãos, da Trabalhadora Ana Maria de Sousa Dias Rodrigues Morato**

Presente proposta do Presidente da Câmara, para que esta, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo n.º 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprove a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Ana Maria de Sousa Dias Rodrigues Morato, da Junta de Freguesia de Belém para o Município de Vendas Novas, com efeitos a 1 de março de 2023, sendo posicionada na 2.ª posição remuneratória da respetiva categoria, a que corresponde o nível 16 da Tabela Remuneratória Única, com a remuneração de 1.320,15€.

Tomou a palavra o **Vereador Ricardo Videira**, colocando algumas questões relativamente ao processo de consolidação em si, nomeadamente como se explica tecnicamente o percurso da trabalhadora em causa ao longo do primeiro ano no Município de Vendas Novas.



O **Presidente** presta os esclarecimentos solicitados no que diz respeito ao percurso da referida técnica superior.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenções dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias e com votos a favor do Vereador Tiago Aldeias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, aprovar a consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Ana Maria de Sousa Dias Rodrigues Morato, da Junta de Freguesia de Belém para o Município de Vendas Novas, com efeitos a 1 de março de 2023**

#### **2.2.6 - Empreitada de Requalificação e Conservação da Rede Viária - Lote 1 - Revisão de preços extraordinária**

No seguimento da apresentação do pedido de Revisão de Preços Extraordinária por parte da Entidade Executante da Empreitada de Requalificação e Conservação da Rede Viária – Lote 1 (Av. 25 de Abril), enquadrado no Decreto-Lei nº 36/2022 de 20 de maio, foi analisada a proposta de revisão de preços extraordinária por garantia de custos do material "Betume". Conforme parecer da Fiscalização da Empreitada, o pedido encontra-se devidamente fundamentado, cabendo ao Município o pagamento da Revisão Ordinária de Preços provisória no valor de 43.946,79€, bem como a garantia de custos do material betume no valor de 8.978,56€. Assim, propõe-se aprovar a Revisão de Preços no valor total de 52.935,35€, acrescidos de IVA.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, aprovar a Revisão de Preços da Empreitada de Requalificação e Conservação da Rede Viária – Lote 1 (Av. 25 de Abril), no valor total de 52.935,35€, acrescidos de IVA.**

#### **2.2.7 - Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE – Aquisição de Serviços de seguros, nos termos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e 131º e seguintes do CCP**

No âmbito do Concurso Público (CPI 2/2023) com publicação de anúncio no JOUE para Aquisição de Serviços de seguros e face à impossibilidade da Câmara Municipal reunir em tempo útil, apresenta-se, para ratificação, o Despacho registo INT\_CMVN/2023/1686 do Presidente da Câmara, de 1 de março de 2023, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que após análise aos pedidos de esclarecimento



LE

AF

apresentados pelos interessados e mediante proposta do júri, aprovou: a) a retificação ao caderno de encargos, nos termos propostos pelo júri, sem que seja alterado qualquer aspeto essencial do mesmo ou das restantes peças do procedimento, designadamente a retificação, por atualização dos capitais mínimos obrigatórios para o ano de 2023, no âmbito do seguro de acidentes pessoais para os utentes e participantes das instalações desportivas, recreativas, culturais e de lazer do Município; b) a resposta aos esclarecimentos solicitados.

**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal de 1 de março de 2023, através do qual aprovou, relativamente ao Concurso Público (CPI 2/2023) com publicação de anúncio no JOUE para Aquisição de Serviços de seguros de ramos diversos, pelo período de 3 anos, e ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: a) a retificação ao Caderno de Encargos; b) as respostas aos esclarecimentos solicitados, conforme ata n.º 1 do Júri datada de 28 de fevereiro de 2023.**

#### **2.2.8 – Proposta para abertura de quatro contas bancárias**

Tendo em conta a exigência da autoridade de gestão do Programa Alentejo 2020, sobre a elegibilidade das despesas relativas às retenções para reforço de garantia das empreitadas alvo de financiamento, presente proposta do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, para que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Sistema de Controlo Interno, aprove a abertura de quatro contas bancárias na Caixa Geral de Depósitos, respetivamente para: a) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação da Escola Básica de Landeira; b) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação do Jardim de Infância de Afeiteira; d) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes; e) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes e Zonas Adjacentes.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Sistema de Controlo Interno, aprovar a abertura de quatro contas bancárias, para: a) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação da Escola Básica de Landeira; b) Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação do Jardim de Infância de Afeiteira; d) Caução e reforço de caução**





**da Empreitada de Requalificação Urbana da Avenida Marechal Craveiro Lopes; e)  
Caução e reforço de caução da Empreitada de Requalificação Urbana da Avenida  
Marechal Craveiro Lopes e Zonas Adjacentes.**

### **2.2.9 - Águas e Saneamento**

O consumidor n.º 5966, solicita a redução na tarifa da RSU da fatura de água n.º 60149 processada no mês 09/2022 com valor de RSU de 31,80 €. De acordo com n.º 5 do artigo 5.º da tabela de tarifas e preços em vigor no Município, permite a redução da tarifa da RSU em caso de rotura comprovada na rede predial de abastecimento público de água. Assim, caso se entenda deferir o solicitado, deverá ser criada uma nota de crédito, a abater o valor de 28,78€ à tarifa de RSU da fatura n.º 60149.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo consumidor n.º 5966, devendo ser criada uma nota de crédito, a abater o valor 28,78 € à tarifa da RSU na fatura n.º 60149, conforme informação INT\_CMVN/2023/970.**

### **2.2.10 - Resumo Diário da Tesouraria**

Presente o **resumo diário de tesouraria**, respeitante ao dia 2 de março, cujo saldo é de 2.147.662,07€, correspondendo 1.817.166,09€ a dotações orçamentais e 330.495,98€ a dotações não orçamentais.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

### **3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público**

**Não houve intervenções.**

### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**



**FORMA DE VOTAÇÃO**

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

**CONCLUSÃO DA ACTA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 17 H 07 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias, e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2023.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**

Vendas Novas, 7 de março de 2023



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

**Aprovada, por maioria, com abstenção do Vereador Tiago Aldeias e com votos a favor dos Vereadores Ricardo Videira e Luís Matias, do Vice-Presidente Valentino Cunha e do Presidente Luís Dias, na reunião realizada em 16/05/2023.**

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**